

Minas Gerais dá exemplo

Educação José Carlos Azevedo



22 ABR 1996

No silêncio que não é só próprio dos mineiros mas dos que se dedicam à causa pública, servindo à Nação sem dela se servirem, o governo de Minas Gerais comprova seu conhecimento das questões educacionais brasileiras e pôs em prática uma política de descentralização, de autonomia e de aprimoramento do ensino que deve ser observada atentamente. Iniciada pelo dr. W.S. Mares Guia e aprimorada pela atual secretária de Educação e sua antiga secretária-adjunta, Ana Luiza Machado Pinheiro, o governo de MG se responsabiliza pelo atendimento de mais de 13% dos estudantes brasileiros do ensino fundamental. Mais de 93% dos estudantes de MG, desse nível, são atendidos nas redes estadual, responsável por mais de 73%, e municipal, que absorve os 20% restantes.

O atual governador, Eduardo Azeredo, destina 45,5% da receita livre do Estado à educação, quase o dobro do que prescreve a Constituição; o índice de repetência, carga nacional, caiu de 43% para 18% entre 1991 e 1995, enquanto os salários dos professores aumentaram cerca de 46% acima da inflação. A universalização e o aprimoramento do ensino de 1º e 2º grau e a valorização dos professores desses níveis terão consequências reais e importantes na vida social, econômica e política de MG e influirão decisivamente no nível de seu ensino universitário.

A avaliação educacional encontrou em MG sua expressão correta: avalia a escola e não os professores ou alunos e quer saber o que fazer para aprimorá-la. Iniciada em 1992, sem badalações quaisquer, submete os alunos a provas de Matemática, Português e Ciências e a um questionário sobre o ambiente escolar; além disso, aos dirigentes, ouvidos os professores e especialistas, cabe analisar o que influencia e leva a melhorar o ensino e a aprendizagem. A avaliação,

MINAS GERAIS ESTÁ PROVANDO
QUE CONHECE OS PROBLEMAS
EDUCACIONAIS BRASILEIROS
E SABE RESOLVÊ-LOS

JORNAL DA TARDE

portanto, serve para tomar decisões visando o aprimoramento da escola e a estabelecer padrões comparativos de eficiência e qualidade. Na educação — tanto quanto na Biologia, lição antiga de Darwin e Wallace — o aprimoramento e a adaptação levam à sobrevivência e, em tempos bichudos como esses que vêm por aí, nosso pobre Brasil não sairá da miséria em que se encontra sem aprimorar o ensino de base.

Sempre me pareceu que discutir autonomia no Brasil é o melhor refúgio para ignorantes, demagogos e desocupados; basta ver a quantidade de publicações, livros, encontros, "brain storms", "think tanks", artigos, simpósios e encontros, feitos nesses últimos decênios à custa do contribuinte. Mas nada mudou desde que tal conceito surgiu na Idade Média para assegurar ao mestre a prerrogativa de ensinar o que lhe parece ser a verdade. Está associada aos nomes de Abelardo, Bacon, Bruno, Galileu e a outros perseguidos pela Igreja e é assunto amplamente analisado; basta citar Jaspers, Adler e Minogue. Em MG, a autonomia foi posta em

prática em silêncio e sem leis quaisquer; a secretaria foi mais longe e deu a cada escola a competência de definir seu programa de ensino e lhe repassa recursos proporcionais ao número de alunos matriculados conferindo-lhe autonomia para aplicá-los; além disso, um amplo programa de modernização administrativa assegura o acompanhamento. É experiência precursora da escola da comunidade, do "community college", importante para o Brasil. Em MG, a seleção de dirigentes escolares, também relacionada à autonomia, conciliou modismos, competência e seriedade: eles são eleitos mas há duas fases para a escolha: na primeira, os candidatos são submetidos a exames, prova escrita e de títulos. Os três melhores colocados disputam a eleição em que votam os pais, os alunos com mais de 16 anos, os professores e os servidores.

Não há boas escolas sem bibliotecas e laboratórios, assuntos que merecem cuidados do governo de MG. Enquanto a FAE-MEC distribui aos estudantes uns 100 milhões de livros por ano, até vendi-

dos a peso a picotadoras de papel, o livro em MG vai para a biblioteca e dela ao estudante. A construção de mais 500 bibliotecas, a elaboração de manuais sobre sua organização e funcionamento, a aquisição de livros, armários, estantes e equipamentos possibilitarão ao Estado de MG ter uma rede de bibliotecas escolares da melhor qualidade. Com isso, barateará custos, ampliará o acervo e induzirá o aluno ao hábito de ir à biblioteca para estudar, motivando-o a ter solidariedade com seus colegas e respeito ao patrimônio público. Construir e equipar bibliotecas, e não dar livros aos alunos, possibilitam aprimorar a qualidade dos livros pois os publicados pela FAE são, na melhor das hipóteses, ruins. As escolas que ainda não possuem laboratórios receberam mais de 5 mil kits para o ensino de Ciências, além de materiais didáticos diversos, beneficiando mais de 27 mil salas de aulas.

Tudo foi feito sem alardes, sem gastar dinheiro público em propaganda e sem exibicionismo. É exemplo que permitirá ao Brasil deixar de ter o maior contingente de analfabetos do Ocidente. Mais de 93% da população brasileira não possui o 1º grau completo e não temos importância científica e cultural porque a educação está falida há muito tempo. Sempre houve condições para ter um bom sistema educacional no Brasil mas nada foi feito porque educação é melhor tema para ganhar dinheiro e para discursar ociosas e plangentes. Além disso, as decisões exigem espírito público e conhecimento, de causa, o "Felix qui potuit rerum cognoscere causas" a que se referiu Virgílio. Minas Gerais está provando que conhece os problemas educacionais brasileiros e sabe resolvê-los.

José Carlos Azevedo
é doutor em Física pelo MIT,
e ex-reitor da UNB